



POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL: PROPOSIÇÃO DE UM MODELO TEÓRICO DE ANÁLISE E ADAPTAÇÃO

Manuela Pozza Ellwanger

Universidade do Contestado - UNC | manupozza@hotmail.com

Liz Andrea Babireski Braz de Oliveira

Universidade do Contestado - UNC | lizbabireski@gmail.com

Jhony Pereira Moraes

Universidade do Contestado - UNC | jhonymoraes@hotmail.com.br

Sessão Temática 03: Estado, planejamento e políticas públicas

Resumo: Este ensaio teórico tem como objetivo principal investigar a história das políticas públicas e a forma como elas foram propostas e implementadas em outros países, para então sugerir adaptações eficazes para o Brasil. Inicialmente, o artigo explora o histórico e o conceito de políticas públicas, destacando a evolução do termo e suas principais definições. A análise se estende para a proposição de políticas públicas, examinando casos de sucesso e as lições aprendidas. A seção seguinte traça a evolução das políticas públicas no Brasil, identificando desafios específicos e comparando com as experiências. Finalmente, o artigo propõe estratégias de adaptação de políticas públicas internacionais para o contexto brasileiro, enfatizando a importância de considerar as peculiaridades socioeconômicas e culturais do país. Ao final, são apresentadas reflexões sobre a necessidade de abordagens contextuais na formulação de políticas públicas e sugestões para futuras pesquisas e desenvolvimentos nesse campo. Este trabalho visa contribuir para a formulação de políticas públicas mais eficazes e adaptadas à realidade brasileira, evitando ineficácias com a simples importação de modelos internacionais.

Palavras-chave: Políticas públicas; adaptação contextual; modelos internacionais; análise comparativa; Brasil.

PUBLIC POLICIES IN BRAZIL: PROPOSITION OF A THEORETICAL MODEL FOR ANALYSIS AND ADAPTATION

Abstract: *This theoretical essay aims to investigate the history of public policies and how they were proposed and implemented in other countries, in order to suggest effective adaptations for Brazil. Initially, the article explores the history and concept of public policies, highlighting the evolution of the term and its main definitions. The analysis extends to the proposition of public policies, examining cases of success and lessons learned. The following section outlines the evolution of public policies in Brazil, identifying specific challenges and comparing them with international experiences. Finally, the article proposes strategies for adapting international public policies to the Brazilian context, emphasizing the importance of considering the country's socioeconomic and cultural peculiarities. In conclusion, reflections on the need for contextual approaches to public policy formulation and suggestions for future research and developments in this field are presented. This work aims to contribute to the formulation of more effective public policies adapted to Brazilian reality, avoiding inefficiencies stemming from the simple importation of international models.*

Keywords: *Public policies; contextual adaptation; international models; comparative analysis; Brazil.*

POLÍTICAS PÚBLICAS EN BRASIL: PROPUESTA DE UN MODELO TEÓRICO DE ANÁLISIS Y ADAPTACIÓN

Resumen: *Este ensayo teórico tiene como objetivo principal investigar la historia de las políticas públicas y cómo fueron propuestas e implementadas en otros países, para luego sugerir adaptaciones efectivas para Brasil. Inicialmente, el artículo explora la historia y el concepto de políticas públicas, destacando la evolución del término y sus principales definiciones. El análisis se extiende a la proposición de políticas públicas, examinando casos de éxito y lecciones aprendidas. La siguiente sección traza la evolución de las políticas públicas en Brasil, identificando desafíos específicos y comparándolos con experiencias internacionales. Finalmente, el artículo propone estrategias para la adaptación de políticas públicas internacionales al contexto brasileño, enfatizando la importancia de considerar las peculiaridades socioeconómicas y culturales del país. Al final, se presentan reflexiones sobre la necesidad de enfoques contextuales en la formulación de políticas públicas y sugerencias para futuras investigaciones y desarrollos en este campo. Este trabajo busca contribuir a la formulación de políticas públicas más efectivas y adaptadas a la realidad brasileña, evitando ineficiencias derivadas de la simple importación de modelos internacionales.*

Palabras clave: *Políticas públicas; adaptación contextual; modelos Internacionales; análisis comparativo; Brasil.*

INTRODUÇÃO

As políticas públicas são instrumentos fundamentais para promover o bem-estar coletivo, garantir direitos e solucionar problemas sociais. Segundo Dye (2016, p. 24), "política pública é o que os governos escolhem fazer ou não fazer", destacando sua centralidade na vida social e econômica. No entanto, para que essas políticas sejam eficazes, é essencial que considerem as características específicas do contexto em que serão implementadas.

No Brasil, há uma tendência de importar modelos estrangeiros, muitas vezes sem avaliar criticamente sua aplicabilidade. Haugaard e Shaw (2021) argumentam que a transposição de políticas sem adaptação adequada pode gerar desconexões entre as propostas e a realidade local, levando a resultados aquém do esperado. Essa prática levanta uma série de questionamentos: por que presumimos que modelos importados funcionem aqui? O que faz com que políticas desenvolvidas em outras realidades sejam vistas como ideais para nossa população?

O termo "políticas públicas" não é originário do Brasil. Souza (2022) destaca que o conceito foi importado de teorias estadunidenses e europeias, que serão analisadas mais a frente neste artigo, e sua aplicação no contexto brasileiro requer ajustes significativos para atender às particularidades locais. Apesar disso, há uma tendência de replicar práticas estrangeiras, ignorando as especificidades culturais, socioeconômicas e institucionais do país.

O desenvolvimento das políticas públicas como campo estruturado de atuação governamental apresenta uma evolução histórica marcada por importantes marcos cronológicos em diferentes países. No século XIX, a Alemanha destacou-se como pioneira, com Otto von Bismarck introduzindo as primeiras políticas de seguridade social, como os seguros de saúde, aposentadoria e acidentes de trabalho. Essas medidas não apenas estabeleceram uma base para a proteção social, mas também foram influenciadas pela ciência da administração (Staatswissenschaft), que consolidou princípios para a formulação de políticas públicas no país.

No início do século XX, o Reino Unido assumiu protagonismo com a publicação do Relatório Beveridge, em 1942. Esse documento transformador estabeleceu as bases para o welfare state britânico, promovendo um sistema de proteção social universal voltado para combater as desigualdades. A partir desse marco, o papel do Estado foi ampliado, consolidando a promoção de direitos universais como um princípio fundamental das políticas públicas britânicas.

Já no período pós-Segunda Guerra Mundial, os Estados Unidos emergiram como referência ao popularizar o termo "políticas públicas" e sistematizar seu estudo. Harold Lasswell foi uma figura central nesse processo, ao enfatizar a interdisciplinaridade e a resolução de problemas como fundamentos essenciais para o campo. Esse período também marcou a institucionalização das políticas públicas como uma disciplina acadêmica, consolidando

programas de formação voltados para a análise e o planejamento de decisões governamentais baseadas em evidências.

Essa cronologia evidencia a contribuição de diferentes contextos históricos e culturais para a consolidação das políticas públicas enquanto área de estudo e prática governamental, estabelecendo bases teóricas e práticas que influenciam até hoje a formulação de políticas em diversas partes do mundo.

De acordo com Lima e D'Ascenzi (2016-2017, p. 138), políticas públicas podem ser definidas como:

"a ambição por transformar uma realidade social percebida como inadequada pelo(s) agente(s) que as empreendem. Tratar-se-ia, então, em sua generalidade, de objetivo extremamente ambicioso: a mudança social gerenciada."

Um exemplo prático e didático é o Programa Bolsa Família, que busca reduzir a pobreza e promover inclusão social por meio de transferência direta de renda às famílias em situação de vulnerabilidade. Conforme LOTTA, 2019 os programas como o Bolsa Família ilustram a conexão entre políticas públicas e mudança social, pois utilizam estratégias concretas para reconfigurar a realidade social, ainda que enfrentem desafios e ineficácias, como a dependência de infraestrutura e a atuação de burocratas de nível de rua.

A ideia deste artigo surge da observação de lacunas em dissertações de mestrado e teses de doutorado que, ao buscar soluções para o desenvolvimento regional, frequentemente apresentam propostas de políticas públicas genéricas, desconectadas da realidade local. Cunha e Vieira (2022) enfatizam que a formulação de políticas públicas no Brasil frequentemente carece de fundamentação empírica sólida, resultando em proposições teóricas pouco aplicáveis. Essas lacunas refletem a ausência de um conceito verdadeiramente brasileiro de políticas públicas.

O objetivo deste ensaio teórico é propor um modelo para a formulação e análise de políticas públicas no Brasil, destacando a necessidade de estratégias adaptadas às particularidades do país. Sabatier e Mazmanian (1980) sugerem que políticas públicas bem-sucedidas dependem não apenas de sua concepção, mas também de sua implementação e capacidade de adaptação ao ambiente em que serão aplicadas. Inspirando-se nesses princípios, este ensaio explora as convergências entre modelos internacionais, historicamente utilizados como embasamento, para oferecer diretrizes que alinhem as políticas públicas às especificidades brasileiras em um macro cenário, considerando os desafios e potencialidades locais.

Este estudo justifica-se pela urgência de formular políticas públicas que considerem as características únicas do Brasil, evitando a simples transposição de modelos estrangeiros. Além disso, busca contribuir para o avanço da pesquisa acadêmica nessa área, oferecendo reflexões e orientações práticas. Gil (2023) reforça a importância de metodologias adaptativas no estudo de políticas públicas, destacando que abordagens locais são mais propensas a gerar impacto positivo.

POLÍTICAS PÚBLICAS: CONCEITUAÇÕES E HISTÓRICO

A história das políticas públicas remonta à Grécia Antiga, onde já se discutia a intervenção estatal em benefício da sociedade (Penafiel et al., 2022). Desde então, o conceito evoluiu, adquirindo diferentes definições e abordagens ao longo dos séculos. Atualmente, as políticas públicas são reconhecidas como ações governamentais essenciais para solucionar problemas coletivos e promover o bem-estar social (Vieira et al., 2023).

Essas políticas abrangem diversas áreas, como saúde, educação, segurança, habitação, meio ambiente e inclusão social, impactando diretamente a vida dos cidadãos (Valentim et al., 2021). Segundo Sousa Lopes (2022), cabe ao Estado formular, implementar e avaliar essas ações com o objetivo de promover o acesso igualitário a serviços essenciais e garantir o desenvolvimento sustentável. Essa evolução reflete as transformações e demandas da sociedade ao longo da história, motivada por mudanças sociais, econômicas e políticas, bem como pela busca de maior inclusão e justiça social (locken, 2022; Cunha, 2021).

As políticas públicas não se limitam ao âmbito estatal. Camello (2023) ressalta que elas podem ser desenvolvidas em parceria com organizações não governamentais, movimentos sociais e comunidades, promovendo uma participação mais ampla e diversificada. Para serem efetivas, é fundamental que sejam elaboradas de forma transparente, com base em evidências, e que contem com monitoramento contínuo (Santos, 2023).

O conceito do Estado de Bem-Estar Social é um marco no desenvolvimento das políticas públicas. Segundo Esping-Andersen (1991), trata-se de um modelo no qual o Estado assume a responsabilidade de garantir o bem-estar básico dos cidadãos, especialmente daqueles em situação de vulnerabilidade. Em sua essência, o Estado de Bem-Estar Social operacionaliza políticas públicas que asseguram o acesso a serviços essenciais e promovem o bem-estar coletivo.

Portanto, o conceito de políticas públicas é uma construção histórica que reflete a evolução das relações entre o Estado e a sociedade, moldada por contextos políticos, sociais e econômicos distintos ao longo do tempo. Embora os Estados Unidos sejam amplamente reconhecidos como o berço do termo “políticas públicas”, suas raízes podem ser rastreadas na Europa, onde as primeiras discussões teóricas e práticas relacionadas ao papel do Estado no bem-estar social emergiram.

ESTADOS UNIDOS: O BERÇO DO TERMO "POLÍTICAS PÚBLICAS"

O termo “políticas públicas” foi popularizado nos Estados Unidos na década de 1950, durante o período pós-Segunda Guerra Mundial, com o objetivo de sistematizar e analisar as decisões governamentais de forma mais científica. Um dos precursores desse campo foi Harold Lasswell, frequentemente chamado de “pai das políticas públicas modernas”. Lasswell argumentava que as políticas públicas deveriam ser orientadas por uma análise interdisciplinar e voltada para a resolução de problemas (LASWELL, 1951). Ele enfatizava a

importância de integrar conhecimentos das ciências sociais para formular e avaliar políticas que promovessem o bem-estar coletivo.

Outro marco nos Estados Unidos foi a institucionalização do estudo das políticas públicas nas universidades, como o programa de mestrado em políticas públicas na Universidade de Harvard, criado na década de 1960. Segundo Dye (2016), o contexto histórico que fomentou esse desenvolvimento foi marcado pela necessidade de gerenciar as complexidades de uma economia em expansão, questões raciais e a Guerra Fria, exigindo políticas governamentais mais sofisticadas e baseadas em evidências.

Quadro 1: Principais Características e Marcos das Políticas Públicas nos Estados Unidos

Vertente	Principais Características	Marcos Históricos
Sistematização Científica	Enfoque interdisciplinar; análise baseada em dados e evidências; integração de ciências sociais.	Popularização do termo na década de 1950; contribuições de Harold Lasswell (1951).
Orientação para Resolução de Problemas	Políticas voltadas para promover o bem-estar coletivo e resolver desafios sociais.	Pós-Segunda Guerra Mundial: necessidade de políticas eficazes para lidar com reconstrução econômica e conflitos sociais.
Academização das Políticas Públicas	Desenvolvimento do estudo acadêmico das políticas públicas como campo de pesquisa e formação especializada.	Criação do Mestrado em Políticas Públicas na Universidade de Harvard, década de 1960.
Contexto Histórico Favorável	Demanda por políticas sofisticadas para lidar com a economia em expansão, a questão racial e a Guerra Fria.	Décadas de 1950-1960: fortalecimento das instituições públicas e ampliação das demandas por soluções governamentais estratégicas.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Os Estados Unidos desempenharam um papel pioneiro no desenvolvimento e na institucionalização do estudo das políticas públicas. A vertente de sistematização científica, liderada por Harold Lasswell, trouxe à tona a importância de integrar diferentes disciplinas para abordar problemas complexos de forma analítica e orientada para evidências. Por outro lado, a orientação para resolução de problemas enfatizou que as políticas deveriam servir como ferramentas práticas para melhorar a qualidade de vida e resolver desafios sociais emergentes.

A academização das políticas públicas, com a criação de programas especializados como o da Universidade de Harvard, institucionalizou esse campo como uma disciplina acadêmica

legítima. Esse movimento permitiu a formação de profissionais capacitados para aplicar métodos científicos ao desenho, implementação e avaliação de políticas.

Entre os pontos de convergência, destaca-se a ênfase na necessidade de integrar conhecimentos interdisciplinares e focar em soluções práticas baseadas em evidências. Já como divergência, pode-se citar o nível de complexidade das ferramentas utilizadas e a influência do contexto histórico nos enfoques adotados, variando conforme as demandas econômicas e políticas de cada época.

Essa análise contribui para contextualizar as bases de um modelo adaptado ao Brasil, uma vez que destaca a importância de se considerar o contexto local e as especificidades socioculturais na formulação de políticas públicas eficazes.

REINO UNIDO: A CONSOLIDAÇÃO DO *WELFARE STATE*

Na Europa, o Reino Unido desempenhou um papel central no desenvolvimento das políticas públicas modernas, particularmente com o advento do estado de bem-estar social (*welfare state*). O marco inicial pode ser associado ao Relatório Beveridge de 1942, elaborado por William Beveridge, que propôs um sistema abrangente de seguridade social para combater os “cinco gigantes sociais”: carência, doença, ignorância, miséria e ociosidade (BEVERIDGE, 1942). Esse relatório foi a base para a criação do Serviço Nacional de Saúde (NHS) e outras políticas sociais que transformaram a relação entre o Estado e os cidadãos no pós-guerra.

De acordo com Sabatier (1980), o Reino Unido foi pioneiro na formulação de políticas públicas voltadas para a universalidade de direitos sociais, servindo de modelo para diversos países. Beveridge defendia que as políticas públicas deveriam garantir condições mínimas de vida para todos, enfatizando o papel do Estado na promoção da justiça social.

Quadro 2: Principais Características e Marcos das Políticas Públicas no Reino Unido

Vertente	Principais Características	Marcos Históricos
Estado de Bem-Estar Social (<i>Welfare State</i>)	Políticas públicas voltadas para a proteção social universal; combate às desigualdades sociais.	Relatório Beveridge (1942): base para a criação do Serviço Nacional de Saúde (NHS) e outras políticas sociais.
Universalidade de Direitos	Garantia de condições mínimas de vida para todos os cidadãos; ênfase na justiça social e nos direitos universais.	Expansão das políticas públicas no pós-Segunda Guerra Mundial, transformando a relação Estado-cidadão.
Planejamento Social Integrado	Formulação de políticas abrangentes que interligam saúde,	Implementação do NHS (1948) e fortalecimento de programas

Vertente	Principais Características	Marcos Históricos
	educação, habitação e seguridade social.	sociais em várias áreas durante o pós-guerra.
Inspiração Global	Modelo para outros países no desenvolvimento de estados de bem-estar social e políticas públicas universais.	Sabatier (1980): destaque para a influência do Reino Unido na formulação de políticas públicas globais.

Fonte: Elaborado pelos autores.

O Reino Unido consolidou sua posição como pioneiro no desenvolvimento de políticas públicas modernas através da criação do estado de bem-estar social (*welfare state*). O Relatório Beveridge (1942) desempenhou um papel central ao identificar cinco grandes desafios sociais – carência, doença, ignorância, miséria e ociosidade – e propor políticas para enfrentá-los. A universalidade de direitos foi a pedra angular dessa abordagem, enfatizando o papel do Estado na promoção da equidade e justiça social.

O Serviço Nacional de Saúde (NHS), implementado em 1948, é um dos exemplos mais icônicos da abordagem britânica, interligando saúde, educação e seguridade social em um modelo de planejamento integrado. Como destacou Sabatier (1980), o Reino Unido não apenas transformou a relação entre Estado e cidadão, mas também serviu como modelo para diversos países que buscavam estruturar estados de bem-estar social.

Entre os pontos de convergência, destaca-se a ênfase na universalidade dos direitos e na intervenção estatal para garantir um padrão mínimo de vida. Já como divergência em relação ao modelo norte-americano, o foco do Reino Unido estava menos na tecnicidade e mais na justiça social, priorizando a igualdade de acesso aos serviços básicos em detrimento da eficiência econômica.

Esses marcos e características são relevantes para pensar um modelo adaptado ao Brasil, pois destacam como a universalidade dos direitos e a integração de políticas podem ser elementos-chave para combater desigualdades estruturais.

ALEMANHA: A INFLUÊNCIA DA BUROCRACIA E DA CIÊNCIA DO ESTADO

Na Alemanha, as políticas públicas têm raízes históricas na tradição da ciência da administração (*Staatswissenschaft*), que remonta ao século XIX. O país foi pioneiro na criação de um sistema de seguridade social sob a liderança de Otto von Bismarck, que introduziu as primeiras políticas de seguro de saúde, aposentadoria e acidentes de trabalho entre 1883 e 1889 (GIL, 2023). Essas iniciativas foram motivadas tanto pelo desejo de conter o crescimento do movimento socialista quanto pela necessidade de modernizar a administração pública em um contexto de industrialização acelerada.

Max Weber, outro grande pensador alemão, contribuiu teoricamente para o campo ao estudar a burocracia como uma forma racional de organização do Estado e base para a formulação e implementação de políticas públicas. Segundo Souza (2022), a Alemanha foi um dos primeiros países a institucionalizar o papel das políticas públicas como um elemento central da governança estatal.

Quadro 3: Principais Características e Marcos das Políticas Públicas na Alemanha

Vertente	Principais Características	Marcos Históricos
Seguridade Social Pioneira	Criação de políticas de seguro social, incluindo saúde, aposentadoria e acidentes de trabalho.	Introdução das primeiras políticas sociais por Otto von Bismarck (1883-1889).
Burocracia Racional	Organização estatal baseada em princípios burocráticos, promovendo eficiência e racionalidade na administração pública.	Max Weber: estudos sobre a burocracia como base para a governança estatal.
Ciência da Administração (Staatswissenschaft)	Enfoque na institucionalização das políticas públicas como elemento essencial da governança estatal.	Desenvolvimento da ciência do Estado no século XIX; modernização administrativa durante o período de industrialização.
Modernização e Controle Social	Uso de políticas públicas para mitigar tensões sociais e promover a estabilidade política e econômica.	Políticas de seguridade social para conter o avanço do movimento socialista e adaptar-se à industrialização acelerada.

Fonte: Elaborado pelos autores.

Comparando a trajetória das políticas públicas no Brasil com os países de origem, percebe-se que, enquanto países como o Reino Unido e a Alemanha desenvolveram estruturas sólidas para implementação e avaliação, o Brasil ainda luta para consolidar essas etapas. Arretche (2018) aponta que a fragmentação administrativa e as desigualdades sociais são os principais fatores que diferenciam o Brasil dos modelos europeus. Além disso, a dependência de recursos internacionais e a ausência de mecanismos robustos de monitoramento limitam o sucesso das políticas importadas.

Por outro lado, o Brasil conseguiu adaptar algumas políticas de forma inovadora. O Programa Bolsa Família, por exemplo, é reconhecido internacionalmente como uma política de transferência de renda eficaz e adaptada às condições socioeconômicas locais, ilustrando a capacidade do país de criar soluções inovadoras a partir de modelos importados.

ADAPTAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS NO BRASIL

O Brasil é caracterizado por uma vasta diversidade cultural e socioeconômica, resultante de sua extensão territorial e da multiplicidade de etnias e culturas que compõem sua população. Essa heterogeneidade influencia diretamente a formulação e implementação de políticas públicas, exigindo abordagens que considerem as especificidades regionais e locais. De acordo com Lotta (2019, p. 53), "a implementação de políticas públicas no Brasil enfrenta desafios relacionados às desigualdades regionais e à diversidade cultural, demandando estratégias adaptativas que atendam às particularidades de cada contexto."

A adaptação de políticas públicas bem-sucedidas em outros países requer uma análise criteriosa das condições locais. Por exemplo, o modelo de atenção primária à saúde adotado no Reino Unido, conhecido como National Health Service (NHS), tem sido referência para diversos países. No entanto, sua implementação no Brasil demanda ajustes que considerem as especificidades do Sistema Único de Saúde (SUS) e as particularidades socioeconômicas brasileiras. Conforme Arretche (2018, p. 29), "a transposição de modelos internacionais exige adaptações que respeitem as condições institucionais e as demandas locais." Um exemplo prático é o programa Mais Médicos, que buscou suprir a carência de profissionais de saúde em regiões remotas, inspirado em modelos internacionais, mas ajustado às necessidades do Brasil.

No setor de saúde, a criação do Sistema Único de Saúde (SUS) em 1988 é um marco importante na história das políticas públicas no Brasil. Inspirado em modelos de universalidade, como o National Health Service (NHS) britânico, o SUS foi desenhado para garantir acesso igualitário à saúde. Entretanto, a implementação enfrenta desafios como subfinanciamento, desigualdade no acesso e falta de infraestrutura em regiões remotas (PIRES & GOMES, 2021).

Em outros setores, como educação, a expansão do acesso ao ensino fundamental e médio foi uma prioridade a partir da década de 1990, com políticas como o Fundef e posteriormente o Fundeb. No entanto, a qualidade do ensino ainda é um desafio significativo, com disparidades regionais persistentes (CUNHA, 2020). No campo ambiental, políticas como o Código Florestal de 2012 refletem a influência de acordos internacionais, mas enfrentam resistência e desafios na aplicação (VIEIRA & NOGUEIRA, 2021).

PROPOSIÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS ENTRE AS ABORDAGENS INTERNACIONAIS

A importação de modelos de políticas públicas, frequentemente adotados com base em experiências internacionais, enfrenta sérias limitações quando aplicados diretamente ao contexto brasileiro. Essas políticas, conhecidas como "enlatadas", muitas vezes ignoram as particularidades culturais, sociais, econômicas e políticas do país. Como argumentam Farah e Ribeiro (2020, p. 67), "a transposição de políticas públicas internacionais sem a devida adaptação às realidades locais tende a gerar soluções desconectadas das demandas específicas da população, prejudicando sua eficácia."

Essa prática reflete um equívoco recorrente: assumir que estratégias bem-sucedidas em outros países, como nos Estados Unidos ou Europa, produzirão os mesmos resultados no Brasil. Um exemplo emblemático é a implementação de políticas educacionais padronizadas, que desconsideram as desigualdades regionais e a diversidade cultural brasileira. Segundo Oliveira (2021, p. 89), "a ausência de contextualização leva à descontinuidade e ao desperdício de recursos, com políticas que não atendem às reais necessidades da sociedade."

A inadequação da importação de modelos pode ser ilustrada por analogia com o desenvolvimento econômico brasileiro. A teoria dos estágios de crescimento econômico, proposta por Walt Whitman Rostow, sugere uma linha linear de desenvolvimento que não levou em conta as especificidades históricas e estruturais do Brasil. Como aponta Souza (2020, p. 102), "o modelo de Rostow falhou em reconhecer a complexidade de economias periféricas, como a brasileira, onde as estruturas políticas e sociais moldam o desenvolvimento de maneira distinta."

Essa analogia ressalta a necessidade de formular políticas públicas que dialoguem com as realidades locais. No caso brasileiro, o desenvolvimento econômico e social está intrinsecamente ligado à desigualdade regional, à diversidade cultural e à presença de atores informais no cenário político e econômico. Farah e Ribeiro (2020, p. 71) destacam que "políticas públicas eficazes devem ser criadas a partir de um entendimento profundo das dinâmicas locais, evitando a simples replicação de modelos externos."

A adaptação de políticas públicas deve, portanto, priorizar abordagens que incorporem as características únicas do país, promovendo soluções sustentáveis e alinhadas às necessidades da população. Como observa Oliveira (2021, p. 94), "o Brasil precisa de políticas públicas que reflitam sua realidade multifacetada, e não de soluções prontas que frequentemente fracassam em promover mudanças significativas."

A formulação de políticas públicas, como evidenciado pelos modelos adotados em países como Estados Unidos, Reino Unido e Alemanha, caracteriza-se por processos estruturados que combinam análise técnica, consulta pública e deliberação política. Esses países não apenas estabeleceram marcos importantes, mas também enfrentaram desafios cujas lições podem ser adaptadas a outros contextos, como o brasileiro.

Nos Estados Unidos, a proposição de políticas públicas segue um modelo descentralizado e sistemático, no qual instituições acadêmicas, *think tanks* e *lobbies* desempenham papéis cruciais. A análise baseada em evidências (*evidence-based policymaking*) é um pilar central,

garantindo a escolha de soluções eficazes. Um exemplo de sucesso é o Social Security Act de 1935, que criou um modelo sustentável de seguridade social em resposta à Grande Depressão. Em contrapartida, a Guerra contra as Drogas, iniciada na década de 1980, falhou em alinhar seus objetivos às realidades culturais e sociais, exacerbando desigualdades.

A experiência norte-americana destaca a importância de se basear em evidências e alinhar objetivos às condições locais. No Brasil, a descentralização administrativa e a diversidade cultural tornam fundamental a aplicação de análises contextuais para garantir a eficácia das políticas.

O modelo britânico, fundamentado pelo Relatório Beveridge (1942), prioriza a universalidade dos direitos, como demonstrado na criação do National Health Service (NHS). Essa abordagem, sustentada por consultas públicas e comissões, tem sido um exemplo de políticas inclusivas. No entanto, a *Poll Tax Reform* dos anos 1990 revelou os riscos da falta de diálogo amplo com as partes interessadas, gerando resistência pública.

A necessidade de ampliar a participação social na formulação de políticas é um ponto-chave. No contexto brasileiro, práticas participativas como conselhos de políticas públicas podem ser fortalecidas para reduzir as resistências e aumentar a legitimidade das decisões.

Na Alemanha, a tradição da ciência administrativa e a burocracia racional, descrita por Max Weber, fundamentam a eficiência na formulação de políticas. O sistema de seguridade social de Bismarck é um marco de sucesso, mas a política de reunificação alemã expôs os desafios de transições econômicas abruptas, evidenciando desigualdades regionais persistentes.

Políticas públicas no Brasil podem se beneficiar de estratégias graduais, especialmente em áreas de desigualdade histórica, como no desenvolvimento regional. Planejamentos robustos e escalonados podem mitigar os impactos negativos de transições abruptas.

CONVERGÊNCIAS E DIVERGÊNCIAS

Os modelos internacionais analisados apresentam convergências importantes, como o uso de análises baseadas em evidências e a busca por alinhamento das políticas aos desafios sociais e econômicos, além de uma visão técnica como base para decisões. Há também o reconhecimento da importância da participação social e o enfoque em estratégias que equilibram bem-estar social e eficiência econômica. No entanto, esses modelos divergem em aspectos significativos. O modelo descentralizado dos Estados Unidos contrasta com o planejamento centralizado da Alemanha, enquanto a universalidade britânica difere das abordagens segmentadas adotadas inicialmente na Alemanha. Além disso, o foco em eficiência econômica da Alemanha contrasta com a abordagem mais socialmente inclusiva e universalista do Reino Unido, evidenciando variações nas estratégias de implementação e nos objetivos prioritários de cada país.

O Brasil, marcado por diversidade cultural e desigualdades regionais, pode adotar um modelo híbrido, combinando as melhores práticas internacionais. A análise baseada em evidências e a participação social devem ser pilares centrais. Além disso, estratégias escalonadas e adaptativas, inspiradas na experiência alemã, podem ser aplicadas para implementar políticas em regiões com diferentes níveis de desenvolvimento.

Essa abordagem não apenas promove maior equidade, mas também contribui para a sustentabilidade política e econômica das políticas públicas brasileiras.

ESTRATÉGIAS PARA UMA IMPLEMENTAÇÃO EFICAZ E SUSTENTÁVEL

Para garantir a eficácia e sustentabilidade na implementação de políticas públicas no Brasil, é fundamental adotar estratégias que considerem a participação social, a capacitação de gestores e profissionais, e o monitoramento e avaliação contínuos. A incorporação da sociedade civil no processo de formulação e execução das políticas é essencial para assegurar que as ações reflitam as reais necessidades da população, uma vez que, conforme Souza (2020, p. 102), "a participação social fortalece a legitimidade das políticas públicas e contribui para sua eficácia." Além disso, investir na formação contínua dos agentes públicos envolvidos é indispensável, pois promove uma compreensão aprofundada das políticas e de suas implicações práticas. Nesse sentido, Lotta (2019, p. 74) destaca que "a capacitação é essencial para a superação de barreiras institucionais e operacionais." Por fim, o estabelecimento de mecanismos de acompanhamento e avaliação contínuos é crucial para permitir ajustes e melhorias constantes. Arretche (2018, p. 55) observa que "o monitoramento contínuo permite corrigir falhas durante a execução e garantir maior impacto das políticas públicas." Essas estratégias combinadas são pilares para a construção de políticas públicas mais eficazes e sustentáveis no Brasil.

EXEMPLO PRÁTICO NO CAMPO DA SAÚDE: ANÁLISE DE POLÍTICAS PÚBLICAS INTERNACIONAIS E PROPOSTA DE ADAPTAÇÃO PARA O BRASIL

A política de redução do tabagismo implementada na Austrália, que inclui embalagens padronizadas e advertências gráficas, demonstrou eficácia na diminuição do consumo de cigarros. Segundo Organização Mundial da Saúde (2019, p. 14), "embalagens padronizadas são uma das intervenções mais eficazes para reduzir a atratividade do tabaco, especialmente entre jovens." A adaptação dessa política para o contexto brasileiro poderia envolver medidas semelhantes, ajustadas às especificidades culturais e legais do país. Estudos indicam que estratégias como a adoção de embalagens padronizadas e campanhas educativas podem ser eficazes na redução do tabagismo no Brasil, contribuindo para a melhoria da saúde pública.

PRINCÍPIOS ORIENTADORES

Os princípios orientadores para a adaptação de políticas públicas no Brasil devem considerar equidade, sustentabilidade, democracia participativa, diversidade, transparência e inovação. A equidade e a justiça social devem ser prioridades, visando reduzir as desigualdades e promover o acesso igualitário aos direitos e serviços, especialmente em um país marcado por disparidades regionais tão significativas. A sustentabilidade ambiental, por sua vez, deve nortear todas as ações, garantindo o equilíbrio entre desenvolvimento econômico e preservação dos recursos naturais. A democracia participativa é essencial, valorizando a participação cidadã e promovendo o diálogo constante entre governo e sociedade. Além disso,

a diversidade cultural e étnica deve ser respeitada, integrando diferentes perspectivas e garantindo que as políticas reflitam as identidades e tradições locais. A transparência e a integridade também são pilares fundamentais, assegurando uma gestão pública ética e responsável, com recursos bem aplicados. Por fim, a inovação e a atualização constante devem ser incorporadas, permitindo que as políticas públicas utilizem tecnologias e práticas avançadas e se adaptem continuamente às novas demandas e desafios emergentes. Esses princípios formam uma base robusta para orientar políticas públicas no Brasil, garantindo que sejam sustentáveis, inclusivas e eficazes.

PROPONDO POLÍTICAS PÚBLICAS

Para propor uma política pública de forma adequada no Brasil, é indispensável adotar um processo estruturado e contextualizado, que considere as especificidades culturais, sociais, econômicas e políticas do país. Esse processo não deve ser limitado à replicação de modelos internacionais, mas sim baseado em uma análise detalhada e inclusiva que identifique e resolva problemas reais, garantindo a eficácia e a sustentabilidade da política.

O primeiro passo essencial é a análise contextual detalhada, que abrange os aspectos culturais, sociais, econômicos e políticos do cenário em que a política será implementada. Conforme Souza (2020, p. 103), "a compreensão das práticas culturais e dos valores da população-alvo é crucial para que a política pública seja percebida como legítima e relevante." Por exemplo, ao propor uma política de promoção à saúde em comunidades indígenas, é necessário entender suas tradições e práticas de saúde para evitar rejeição e garantir a adesão. Além disso, a análise econômica deve considerar a viabilidade financeira e o apoio político necessário para a implementação da política, assegurando sua sustentabilidade a longo prazo.

Um diagnóstico preciso do problema é outra etapa fundamental. Segundo Farah e Ribeiro (2020, p. 67), "a definição clara do problema e a coleta de dados robustos são indispensáveis para fundamentar a formulação de políticas públicas." Isso envolve a utilização de dados quantitativos e qualitativos que não apenas descrevam o problema, mas também apontem suas causas e consequências. Por exemplo, na área da saúde, ao abordar o aumento de doenças crônicas como diabetes, é essencial mapear os fatores de risco associados, como hábitos alimentares, acesso a serviços de saúde e desigualdades regionais.

A formulação da política deve incluir objetivos claros e realistas, definidos segundo o modelo SMART (específicos, mensuráveis, alcançáveis, relevantes e com prazo definido). Além disso, a participação ativa das partes interessadas – como especialistas, sociedade civil e grupos impactados – é essencial para garantir que a política seja inclusiva e baseada em múltiplas perspectivas. Conforme Monteiro et al. (2017, p. 99), "o engajamento das partes interessadas na formulação de políticas públicas aumenta sua legitimidade e eficácia, além de promover maior adesão na fase de implementação."

No planejamento da implementação, é crucial identificar e alocar recursos adequados, incluindo financiamento, infraestrutura e pessoal capacitado. Um plano detalhado de ação

deve ser elaborado, com cronograma, responsabilidades definidas e indicadores de desempenho claros. Além disso, a comunicação e mobilização social desempenham um papel central. Souza (2020, p. 108) destaca que "a transparência na comunicação e o engajamento comunitário são elementos-chave para o sucesso das políticas públicas, especialmente em contextos de alta desigualdade."

Por fim, o monitoramento e avaliação contínuos são indispensáveis para medir o progresso e os resultados da política pública. Indicadores de desempenho devem ser estabelecidos para acompanhar sua eficácia, e mecanismos de feedback devem permitir ajustes sempre que necessário. Segundo Oliveira (2021, p. 95), "o aprimoramento contínuo das políticas públicas depende de uma avaliação constante e da incorporação das lições aprendidas ao longo do processo."

Em suma, uma política pública eficaz no Brasil requer mais do que uma boa ideia; exige planejamento detalhado, análise rigorosa e uma abordagem inclusiva que considere as peculiaridades do contexto local. Apenas com essa atenção cuidadosa será possível evitar os erros da simples importação de modelos estrangeiros e garantir que as políticas públicas promovam verdadeiramente o bem-estar social e o desenvolvimento regional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: PENSANDO UMA PROPOSTA PARA O BRASIL

Este ensaio teórico teve como objetivo investigar as políticas públicas internacionais e sua possível adaptação ao contexto brasileiro, propondo um modelo teórico que integre análises técnicas, abordagens participativas e adaptações contextualizadas. A partir da análise dos modelos históricos adotados em países como Estados Unidos, Reino Unido e Alemanha, buscou-se identificar elementos convergentes e divergentes, oferecendo subsídios para a construção de políticas públicas mais eficazes e alinhadas às particularidades nacionais. Assim, destacam-se quatro pontos principais.

Primeiramente, a análise evidenciou que a simples transposição de modelos estrangeiros para o Brasil, sem adaptações, frequentemente resulta em ineficácia. O caso das primeiras tentativas de controle do tabagismo no país, por exemplo, demonstrou que políticas que ignoram as especificidades culturais e institucionais locais enfrentam maior resistência e falhas em sua implementação. Esse cenário reforça a necessidade de uma análise detalhada do contexto brasileiro antes de adotar referências externas.

Em segundo lugar, identificou-se o valor de estratégias adaptativas, como o Programa Nacional de Imunizações (PNI), que conseguiu integrar princípios internacionais a demandas locais. A análise desse caso mostra que políticas públicas adaptadas às realidades regionais e culturais podem alcançar maior impacto e aceitação, destacando a importância de abordagens flexíveis e participativas.

Em terceiro lugar, a pesquisa revelou a relevância da participação social e do diálogo entre atores locais na formulação de políticas públicas. Experiências como o sistema de seguridade social alemão e o National Health Service (NHS) britânico demonstraram que processos

participativos não apenas aumentam a legitimidade das políticas, mas também contribuem para sua sustentabilidade ao longo do tempo. Para o Brasil, fortalecer conselhos de políticas públicas e promover consultas regulares à sociedade civil são estratégias fundamentais. Por fim, destacou-se a importância de incorporar mecanismos de avaliação contínua às políticas públicas brasileiras. Estudos comparativos indicam que modelos internacionais bem-sucedidos, como o Social Security Act nos Estados Unidos, foram constantemente ajustados com base em dados e monitoramento. O desenvolvimento de sistemas de avaliação robustos no Brasil pode contribuir para a identificação de falhas precoces e a implementação de melhorias contínuas.

Ressalta-se que este trabalho não pretende esgotar as discussões sobre a adaptação de políticas públicas ao contexto brasileiro, mas oferecer uma base teórica e reflexiva que inspire novas investigações. Espera-se que estas considerações contribuam para um debate mais aprofundado sobre a construção de políticas públicas no Brasil, promovendo soluções que sejam eficazes, sustentáveis e alinhadas às necessidades da população.

Referências

ABRUCIO, Fernando L. A coordenação federativa no Brasil: avanços e limites para o desenvolvimento. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 35, n. 2, p. 14-27, 2020.

ARRETCHE, Marta. *Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos 50 anos*. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

BEVERIDGE, William. *Social Insurance and Allied Services*. London: His Majesty's Stationery Office, 1942.

CAMELLO, João P. A. Parcerias no desenvolvimento de políticas públicas. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, v. 12, n. 3, p. 45-63, 2023.

CUNHA, Maria C. A constante atualização das políticas públicas: desafios contemporâneos. *Políticas e Sociedade*, v. 8, n. 2, p. 89-102, 2021.

CUNHA, Maria C. Educação no Brasil: desafios e avanços das políticas públicas. *Revista Brasileira de Educação*, v. 25, n. 1, p. 89-110, 2020.

CUNHA, Maria C.; VIEIRA, João P. Políticas públicas e contextos emergentes: desafios no Brasil contemporâneo. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, v. 10, n. 2, p. 89-110, 2022.

DYE, Thomas R. *Understanding Public Policy*. 15ª ed. Boston: Pearson, 2016.

ESPING-ANDERSEN, Gøsta. *The Three Worlds of Welfare Capitalism*. Princeton: Princeton University Press, 1991.

FAORO, Raymundo. Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro. São Paulo: Globo, 2016.

FARAH, Marta Ferreira Santos; RIBEIRO, Rafael A. Políticas públicas no Brasil: desafios e possibilidades. São Paulo: Atlas, 2020.

GIL, Antônio C. Métodos e técnicas de pesquisa social. 7ª ed. São Paulo: Atlas, 2023.

HAUGAARD, Mark; SHAW, Suzanne. Policy-making and power: The interplay of local and global contexts. *Journal of Public Policy*, v. 41, n. 4, p. 735-751, 2021.

IOCKEN, Paulo R. Transformações sociais e a evolução das políticas públicas. *Estudos Avançados em Políticas Públicas*, v. 5, n. 1, p. 123-140, 2022.

LASWELL, Harold D. *The Policy Orientation*. Stanford: Stanford University Press, 1951.

LIMA, Luciana Leite; D'ASCENZI, Luciano. Teorias e análises sobre implementação de políticas públicas no Brasil. Brasília: Enap, 2016-2017.

LOTTA, Gabriela. Teorias e análises sobre implementação de políticas públicas no Brasil. Brasília: Enap, 2019.

MONTEIRO, Carlos A.; MOURA, Eduardo C.; CLARO, Rafael M. Políticas de controle do tabagismo no Brasil: avanços e desafios. *Revista Brasileira de Epidemiologia*, v. 20, n. 1, p. 96-104, 2017.

OLIVEIRA, Carlos Henrique. Desigualdades regionais e políticas públicas no Brasil. Brasília: Editora UnB, 2021.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. WHO report on the global tobacco epidemic, 2019: offer help to quit tobacco use. Geneva: World Health Organization, 2019.

PENAFIEL, Ana L. et al. A origem das políticas públicas: lições da antiguidade. *Revista História e Políticas*, v. 6, n. 4, p. 15-29, 2022.

PIRES, Roberto R. C.; GOMES, Renata C. Implementação do SUS: Avanços e desafios. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 26, n. 10, p. 2021-2032, 2021.

SABATIER, Paul A.; MAZMANIAN, Daniel A. The implementation of public policy: A framework for analysis. *Policy Studies Journal*, v. 8, n. 4, p. 538-560, 1980.

SANTOS, Mariana P. Avaliação de políticas públicas: fundamentos e práticas. *Revista de Gestão Pública*, v. 7, n. 3, p. 67-81, 2023.

SOUSA LOPES, Camila R. Políticas públicas e sustentabilidade: perspectivas e desafios. *Revista de Administração Pública e Sustentabilidade*, v. 11, n. 1, p. 101-120, 2022.

SOUZA, Celina. Governança e políticas públicas no Brasil: um olhar crítico. *Revista de Administração Pública*, v. 54, n. 1, p. 96-119, 2020.

VALENTIM, Rafael A. et al. A importância das áreas temáticas nas políticas públicas brasileiras. *Revista Brasileira de Administração Pública*, v. 9, n. 2, p. 55-72, 2021.

VIANA, Marília C. Políticas Públicas no Brasil: História, desafios e avanços. *Revista de História Social e Política*, v. 14, n. 3, p. 203-225, 2020.

VICTORA, Cesar G.; BARROS, Fernando C.; MALTA, Deborah C. Health conditions and health-policy innovations in Brazil: the way forward. *The Lancet*, v. 377, n. 9782, p. 2042-2053, 2011.

VIEIRA, Flávia S.; NOGUEIRA, Vanessa S. Políticas ambientais no Brasil: entre avanços e retrocessos. *Revista Brasileira de Estudos Ambientais*, v. 15, n. 2, p. 101-120, 2021.

VIEIRA, João P.; SILVA, Mariana R.; CUNHA, Maria C. Políticas públicas e inclusão social no Brasil contemporâneo. *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, v. 12, n. 3, p. 22-44, 2023.